



São Roque-SP

LEI N° 4.941, DE 15 DE MARÇO DE 2019

Projeto de Lei n° 031/19-E, de 18 de fevereiro de 2019
Autógrafo n° 4.939 de 25/2/2019
De autoria da Mesa Diretora

Fixa a remuneração dos cargos, em pregos e funções relativos à estrutura administrativa da Câmara Municipal de São Roque, revoga dispositivos e dá outras providências.

O Prefeito da Estância Turística de São Roque ;

Faço saber que a Câmara Municipal da Estância Turística de São Roque decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DA FIXAÇÃO DOS PADRÕES DE VENCIMENTO E VANTAGENS PESSOAIS

Art. 1° A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade das atribuições afetas aos cargos componentes de cada carreira, e das funções existentes na estrutura, bem como os requisitos para a investidura.

Art. 2° O vencimento afeto a cada um dos cargos ou funções obedecerão ao estipulado na Estrutura de Vencimentos e demais disposições estabelecidas no anexo I desta Lei.

§ 1° Os vencimentos dos servidores são irredutíveis, ressalvado o disposto no art. 37, inciso XV, da [Constituição Federal](#).

§ 2° A remuneração dos servidores não poderá exceder o subsídio mensal, em espécie, do Prefeito.

Art. 3° Todos os cargos efetivos vagos ou criados, no primeiro estágio, serão providos mediante prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo.

Art. 4° Todos os direitos e vantagens de ordem pecuniária previstos no Estatuto dos Servidores Públicos do Município ou em Lei própria, e que beneficiem os servidores públicos Municipais da Administração Direta, das Autarquias e Fundações Municipais, serão estendidos aos servidores da Câmara Municipal de São Roque.

CAPÍTULO II DA SUBSTITUIÇÃO DE SERVIDORES

Art. 5° Nos impedimentos legais superiores a 15 (quinze) dias, licenças e férias dos servidores ocupantes de cargo em comissão ou de funções gratificadas, serão designados pelo Presidente da Câmara seus substitutos, que responderão interinamente pelas atribuições dos cargos.

Art. 6° O servidor designado para a substituição, perceberá, enquanto durar essa condição, os vencimentos básicos do cargo, sem acréscimo de quaisquer vantagens pessoais.

Art. 7° O tempo de serviço público, para efeito desta Lei, é o período de efetivo exercício prestado no âmbito do Poder Executivo, Poder Legislativo e Administração Indireta autárquica e/ou fundacional do Município da Estância Turística de São Roque.

CAPÍTULO III DA EVOLUÇÃO FUNCIONAL

Art. 8° Ressalvado o provimento dos cargos que dependerá sempre de prévia aprovação em concurso público, a evolução funcional dos seus ocupantes aos estágios mais elevados de remuneração ocorrerá mediante progressão, caracterizada pela mudança de grau, sem alteração da denominação de cargo, de "A" até "N" ([Redação dada pela Lei n° 6.012, de 2025](#))

Art. 9° Para o servidor evoluir pelos níveis fixados na escala presente no anexo I, será avaliado em suas qualificações e desempenho profissionais, considerando-se necessariamente os seguintes parâmetros:

I - avaliação objetiva da formação escolar e programas de capacitação, atualização e aperfeiçoamento técnico-profissional internos e externos;

II - avaliação de desempenho profissional baseada o mais possível em medidas objetivas, que considere as aferições por comissão instituída para essa finalidade.

Art. 10. Fica constituída "Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho", que será responsável pela avaliação funcional de servidores do quadro efetivo, observando-se as normas e critérios estabelecidos em regulamento, para promoção ou não, a cada dois e três anos, alternadamente, visando à progressão de grau na forma do anexo I.

Parágrafo único. Os servidores aprovados no estágio probatório, independentemente de nova avaliação, terão direito a progressão para o grau "B" de suas carreiras, formalizada mediante ato da Presidência.

Art. 11. Na avaliação de desempenho dos servidores efetivos, a "Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho", constituída por no mínimo dois servidores efetivos e um superior imediato, nomeados pelo Presidente, adotará os seguintes critérios: ([Redação dada pela Lei n° 5.599, de 2023](#))

I - cooperação: cooperar com os colegas nas situações de trabalho, objetivando resultados conjuntos satisfatórios;

II - disciplina: ordem necessária para a realização do trabalho, o atendimento às normas e a manutenção da sequência e execução, objetivando resultados;

III - cumprimento do dever e responsabilidade: avaliar a dedicação, zelo e valor que o servidor atribui às atividades pelas quais é responsável;

IV - presteza: disponibilidade do avaliado, tendo em vista as necessidades da repartição do trabalho e do grupo com o qual colabora;

V - cursos de capacitação: cursos realizados pelo servidor público correlatos à atividade desempenhada, promovidos pelo Poder Legislativo ou particular;

VI - uso adequado dos materiais e Equipamentos de Serviços: avaliação do uso dos recursos de que o servidor dispõe para a execução de suas tarefas, bem como os cuidados que tem quanto a sua conservação e economia;

VII - qualidade: capricho, precisão, clareza e ausência de erros no desempenho das atividades;

VIII - produtividade: volume de serviço em condições normais, rapidez e eficiência;

IX - assiduidade: frequência do servidor ao local de trabalho;

X - pontualidade: cumprimento dos horários estabelecidos para entrada e saída do local de trabalho e atividades programadas.

Parágrafo único. O total de pontos é representado pela soma dos valores obtida no Formulário de Avaliação de Desempenho Funcional, anexo II, conforme a seguinte tabela:

8	Chefe de Gabinete da Residência	7.105,52
9	Assessor de Comissões Assessor de Cerimonial e Eventos do Gabinete da Presidência	7.905,52
10	Gerente de Comunicação Institucional	9.057,10
11	Coordenador Contábil-Financeiro Coordenador de Recursos Humanos Coordenador de Tecnologia e Manutenção	9.057,10
12	Diretor Geral	11.163,17
13	Assessor Jurídico	12.815,57
Coordenador Administrativo		50% sobre a referência 02, grau A - R\$ 2.289,02													
Coordenador Legislativo		50% sobre a referência 02, grau A - R\$ 2.289,02													
Controlador Interno		50% sobre a referência 02, grau A - R\$ 2.289,02													
Subcoordenador Legislativo		50% sobre a referência 02, grau A - R\$ 2.289,02													
Coordenador de Compras		50% sobre a referência 02, grau M - R\$ 4.404,41													

ANEXO II
(LEI N° 4.941/19)
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL

<p>Identificação</p> <p>Nome: _____</p> <p>Cargo: _____</p> <p>Lotação: _____</p> <p>Comissão de Avaliação: _____</p> <p>Data de avaliação: ____/____/____ Período da Avaliação: de ____ a ____</p>

Fatores	Conceito
Cooperação: cooperar com os colegas nas situações de trabalho, objetivando resultados conjuntos satisfatórios.	
Disciplina: ordem necessária para a realização do trabalho, o atendimento às normas e a manutenção da sequência e execução, objetivando resultados.	
Cumprimento do Dever e Responsabilidade: avaliar a dedicação, zelo e valor que o servidor atribui às atividades pelas quais é responsável	
Presteza: disponibilidade do avaliado, tendo em vista as necessidades da repartição do trabalho e do grupo com o qual colabora.	
Cursos de Capacitação: cursos realizados pelo servidor público correlatos à atividade desempenhada, promovidos pelo Poder Legislativo ou particular.	
Uso Adequado dos Materiais e Equipamentos de Serviços: avaliação do uso dos recursos de que o servidor dispõe para a execução de suas tarefas, bem como os cuidados que tem quanto a sua conservação e economia.	
Qualidade: capricho, precisão, clareza e ausência de erros no desempenho das atividades.	
Produtividade: volume de serviço em condições normais, rapidez e eficiência.	
Assiduidade: frequência do servidor ao local de trabalho.	
Pontualidade: cumprimento dos horários estabelecidos para entrada e saída do local de trabalho e atividades programadas.	
(-) Advertência e Suspensão	
Total de Pontos	

* Este texto não substitui a publicação oficial.